



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012061-32.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Roquelina de Souza dos Santos**
 Requerido: **Banco Cifra S/A**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

ROQUELINA DE SOUZA DOS SANTOS ajuizou ação **DECLARATÓRIA c.c. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** contra **BANCO CIFRA S/A.**, alegando, em resumo, que teve seu nome negativado, pelo acionado, por dívida inexistente. Explica que ao tentar realizar compras no comércio local, foi-lhe recusado crédito, sob a alegação da existência de apontamento no SERASA. Argumenta que a parcela que teria ensejado a negativação foi paga em setembro/2017, antes do vencimento, e que as tratativas com o acionado, para cancelamento, não surtiram efeito. Pleiteia a exclusão de seu nome dos órgãos de proteção ao crédito e a condenação do acionado ao pagamento de indenização por danos morais.

Citado (pág.42), o requerido apresentou contestação rebatendo a pretensão inicial. Aduz que provavelmente ocorreu um erro na digitação do código, de modo que o pagamento não foi registrado. Impugnou, ainda, a indenização pretendida.

Breve é o relatório.

DECIDO.

Julgo este processo no estado em que se encontra por não haver necessidade de

1012061-32.2018.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

produção de outras provas (artigo 355, I, do Código de Processo Civil).

Assim já se decidiu:

“O julgamento antecipado da lide, quando a questão proposta é exclusivamente de direito, não viola o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório” (Agravado de Instrumento 203.793-5-MG, em Agravo Regimental, Relator Ministro Maurício Correa, 2ª. Turma do Supremo Tribunal Federal, j. 03.11.97, “in” Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, Theotonio Negrão – 39ª edição – 2207 – Saraiva).

“O julgamento antecipado da lide, sobre questão exclusivamente de direito, não constitui cerceamento de defesa, se feito independentemente de prova testemunhal, protestada pelo réu” (RTJ. 84/25, op.cit).

Trata-se de ação na qual a autora argumenta que seu nome foi negativo, pelo acionado, por dívida inexistente.

Explica que a parcela que daria ensejo à negativação foi quitada antes do vencimento.

O pedido inicial deve ser julgado procedente.

A autora instruiu sua peça inicial com farta documentação sobre os pagamentos realizados, dos quais se destaca o documento de pág.27, parte superior, que se refere à parcela que não teria sido quitada. Possível constatar, contudo, que o comprovante de pagamento foi apresentado pela autora e que ele se refere, a priori, ao pagamento da parcela reclamada. Não houve qualquer impugnação específica do requerido sobre o comprovante apresentado cujo valor, data e destinatário correspondem, também, à dívida cobrada. Forçoso, portanto, que o juízo reconheça que a afirmação inicial da autora, de que a dívida está paga, foi comprovada.

De outro lado, a singela alegação do acionado de que teria ocorrido provável erro de digitação, sem maiores esclarecimentos, não merece acolhida. Reafirme-se que o documento apresentado pela autora aponta destinatário e valor corretos, o que torna inexistente o alegado erro na digitação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não foi apresentado pelo requerido, por exemplo, qualquer documento, próprio ou da instituição financeira recebedora (Banco do Brasil) a sugerir eventual dificuldade na identificação do pagamento.

Em síntese, estabelecida a premissa de que a dívida estava paga, indevida a negativação e devida a indenização por danos morais.

Acrescente-se, ainda, que a argumentação inicial da autora, de que as tratativas extrajudiciais para solução da questão não avançaram, por desinteresse do requerido, restou incontroversa.

Impõe-se, assim, o acolhimento do pedido inicial, para cancelamento da anotação indevida e a condenação ao pagamento da pretendida indenização por danos morais, decorrentes *ipso jure* da negativação indevida.

Pondere-se que a anotação (indevida) promovida pelo acionado é, ao que consta dos autos, a única que macula o nome da autora e que denota-se, ainda, manifesto descaso na postura do acionado ao não solucionar a questão de sua cliente quando solicitado.

Em precedente similar, ora invocado como razão de decidir, se estabeleceu:

"AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – Inclusão dos dados da autora em cadastros de inadimplentes, por dívida quitada – Alegação do banco de que o número do boleto foi digitado equivocadamente pela autora quando do pagamento, impossibilitando a automática verificação do pagamento – Quitação incontroversa – Dano moral – Ocorrência – Dano in re ipsa, decorrente da indevida negativação - Instituição bancária tem o dever de agir com o máximo zelo quanto à constatação de seu próprio crédito - Quanto indenização - Valor fixado na sentença, de R\$ 10.000,00 que se apresenta em conformidade com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, sem causar enriquecimento ilícito - Redução indevida - Sentença mantida" (Apelação 1014357-54-2017-8.26.0007, da 38ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador Spencer Almeida Ferreira, j., 13.06.2018, v.u.).

Na mesma diretriz, o Colendo Superior Tribunal de Justiça *"tem assentado que,*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

em se tratando de dano moral, revela-se suficiente a demonstração de ato ilícito para ensejar o direito à indenização" (Recurso Especial 709.877-RS, Relator Ministro Luiz Fux, j., 20.09.2005).

Na fixação do *quantum*, em conformidade com precedentes deste juízo e o d. Aresto invocado, tem-se que o inicialmente postulado mostra-se algo excessivo. Por isso, atento aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade, na esteira do entendimento jurisprudencial prevalente e pelas peculiaridades do caso concreto, a indenização, será arbitrada em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que assegura ao lesado justa reparação, sem propiciar-lhe enriquecimento indevido, e tem, para o requerido, a finalidade pedagógica, a sugerir-lhe alteração em sua postura, em hipóteses semelhantes.

Em suma, impõe o reconhecimento da da procedência do pedido inicial.

Isso posto, **JULGO PROCEDENTE** esta ação movida por **ROQUELINA DE SOUZA DOS SANTOS** contra **BANCO CIFRA S/A.**, acolhendo o pedido inicial, declarando a inexistência da dívida, ratificando a decisão liminar, e condenando o acionado ao pagamento, em benefício da autora, da importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizados a partir desta data (Tabela TJSP) e juros de 1%, desde a citação, à título de indenização por danos morais. Sucumbente, o requerido responderá pela verba honorária fixada em 10% do valor da condenação.

P.R.I.

Araraquara, 12 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**